



Reflexões sobre barreiras comunicacionais no autismo e estratégias alternativas para indivíduos não verbais

Reflections on communication barriers in autism and alternative strategies for nonverbal individuals

Hérica Tanhara Souza da Costa¹ Francisco das Chagas Pereira²
José Augusto Nascimento da Costa³ Maria Durciane Oliveira Brito⁴
Fabiana Albuquerque de Sousa⁵ Ana Júlia Sousa da Costa⁶
Juliana de Sousa da Costa⁷ Camila Maria de Carvalho Pinho Ferreira⁸

Submetido: 09/01/2026 Aprovado: 10/03/2026 Publicação: 25 /03 /2026

RESUMO

O autismo é um transtorno de neurodesenvolvimento que requer suporte e acolhimento conforme as necessidades de cada indivíduo. No caso dos autistas não verbais, é necessário estratégias para lidar com os desafios em virtude de grandes prejuízos decorrentes da falta de comunicação funcional. Diante disso, este artigo teve como objetivo geral: descrever, mediante revisão narrativa da literatura, as barreiras comunicacionais enfrentadas por autistas não verbais e analisar os recursos de comunicação alternativa aplicáveis a esse contexto. Em relação à metodologia, trata-se de revisão narrativa da literatura de abordagem qualitativa, por meio de estudos encontrados no google acadêmico, plataforma SciELO, após a leitura dos estudos ocorreu a seleção dos materiais e análise dos dados. Sobre os resultados, foi observado que é necessário o investimento contínuo por parte dos órgãos públicos para auxiliar no enfrentamento das barreiras, como a falta de recursos para atender as necessidades específicas de cada estudante PCD, fazendo-se necessária a ampliação do uso de recursos, como tecnologias assistivas na rede pública e capacitação dos integrantes do corpo escolar, além da realização de campanhas para a comunidade sobre a causa, em busca da reflexão social sobre o assunto, com o propósito de combater o preconceito e capacitismo.

Palavras-chave: Falhas na Comunicação Funcional; Inclusão Social; Capacitismo; Tecnologias Assistivas.

ABSTRACT

This article aims to identify which digital tools are used by older adults to organize their personal finances, considering the context of the expansion of digital technologies and the growing aging population. The research is characterized as qualitative, applied in nature, with an exploratory and descriptive approach. Data were collected through a semi-structured online questionnaire answered by 25 elderly participants enrolled in digital inclusion courses aimed at people aged 60 and over. Data analysis was conducted using content analysis methodology. The results indicate that most participants demonstrate concern with financial planning and use different strategies to organize their expenses, including digital tools such as banking applications, electronic spreadsheets, digital calendars, and other technological resources. However, difficulties related to the use of these technologies and limited knowledge about financial education initiatives were also identified. It is concluded that the use of digital technologies can significantly contribute to the development of financial literacy and digital empowerment among older adults, promoting greater autonomy, financial organization, and social participation. Therefore, the importance of expanding educational initiatives that integrate digital inclusion and financial education for the elderly is highlighted.

Keywords: Digital empowerment. Elderly people. Digital technologies. Financial literacy.

¹ Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), herycasouza@hotmail.com

² Centro Universitário Leonardo Da Vinci (UNIASSELVI), chagas_fco@ufpi.edu.br

³ ISEPRO, joseaugustophb@hotmail.com

⁴ Universidade Católica de Petrópolis – UCP, durcianeoliveira21@gmail.com

⁵ Faculdade Única de IPATINGA, fabinhasousa2009@hotmail.com

⁶ Universidade Federal do Delta do Parnaíba, anajuliasousamed7@gmail.com

⁷ Instituto Dexter, jhsousapsi@gmail.com

⁸ Universidade Federal do Delta do Parnaíba, cmpferreira123@outlook.com

1. Introdução

A comunicação constitui direito fundamental e condição essencial para participação social plena. No contexto educacional brasileiro, a inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) enfrenta desafios significativos, especialmente quando se trata de indivíduos não verbais, cuja expressão e interação dependem de recursos alternativos. Compreender as barreiras comunicacionais e as estratégias disponíveis para superá-las é fundamental tanto para educadores quanto para formuladores de políticas públicas.

O TEA é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por prejuízos na comunicação social e interação (ASSOCIAÇÃO PSIQUIÁTRICA AMERICANA, 2014). Em autistas não verbais, tais prejuízos são acentuados, impactando significativamente a expressão de necessidades e interação social. O DSM-5 classifica o autismo em três níveis de suporte, com o nível 3 caracterizado por demanda de auxílio integral e frequente ausência de linguagem verbal, representa o público que enfrenta as maiores barreiras comunicacionais (ASSOCIAÇÃO PSIQUIÁTRICA AMERICANA, 2014).

Além dos prejuízos comunicacionais primários, autistas não verbais frequentemente apresentam comorbidades como transtorno de linguagem e déficit intelectual, que agravam as barreiras interacionais (AGUIAR et al., 2025). Acrescem-se a isso as particularidades do processamento sensorial, que implica uma maneira singular de perceber o mundo, além disso, o procedimento sensorial também está relacionado com respostas a estímulos do ambiente (WHITMAN, 2015). Tais alterações sensoriais refletem no cotidiano, promovendo mudanças comportamentais nos ambientes escolares e comunitários (POSAR; VISCONTI, 2017).

Diante desse contexto, como questões norteadoras desta pesquisa, estabeleceram-se: quais são as barreiras comunicacionais enfrentadas por autistas não verbais? Quais recursos de comunicação alternativa podem ser adotados nesses casos? Como as estratégias pedagógicas e políticas públicas podem favorecer a inclusão efetiva de autistas não verbais na rede pública de ensino?

Este estudo orientou-se pelo seguinte objetivo geral: descrever, mediante revisão narrativa da literatura, as barreiras comunicacionais enfrentadas por autistas não verbais e analisar os recursos de comunicação alternativa aplicáveis a esse contexto. Interligados a ele, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos: identificar recursos que viabilizam a comunicação de autistas não verbais; analisar metodologias associadas à implementação desses recursos; avaliar estratégias pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento escolar ativo de autistas não verbais.

Este estudo originou-se das inquietações dos autores, enquanto professores e profissionais da área da saúde, em proporcionar informações ao meio social e às famílias de autistas não verbais sobre recursos e tecnologias assistivas que auxiliam no enfrentamento das barreiras comunicacionais. Busca-se, assim, instrumentalizar o acolhimento desse público e contribuir para o desenvolvimento de estratégias que favoreçam a regulação, a interação social e a autonomia nos contextos escolar e social.

2. Metodologia

Trata-se de revisão narrativa da literatura de abordagem qualitativa (SOUSA; OLIVEIRA; ALVES, 2021; BONFIM, 2021), cujo objetivo foi identificar e analisar na literatura científica, barreiras comunicacionais enfrentadas por autistas não verbais e recursos de comunicação alternativa recomendados para esse público.

A coleta de dados foi realizada entre novembro de 2025 a janeiro de 2026, nas bases SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), repositórios institucionais brasileiros e Google Acadêmico, como fonte complementar. Utilizaram-se os seguintes descritores e combinações: "autismo não verbal", "comunicação alternativa", "TEA", "comunicação aumentativa", "barreiras comunicacionais", combinados com os operadores booleanos AND e OR.

Estabeleceram-se os seguintes critérios de inclusão: (a) publicações dos últimos 10 anos (2015-2025); (b) abordagem explícita de barreiras comunicacionais e/ou recursos de comunicação alternativa para autistas não verbais; (c) estudos disponíveis na íntegra. Como critérios de exclusão, definiram-se: (a) publicações duplicadas; (b) resumos, resenhas e editoriais; (c) estudos sem relação direta com a temática.

Os dados foram organizados em categorias temáticas emergentes: barreiras comunicacionais, recursos tecnológicos, metodologias pedagógicas e políticas de inclusão. A análise qualitativa foi conduzida mediante leitura interpretativa e síntese narrativa dos achados (BARROS, 2017).

3. Plasticidade neural e potencialidades no neurodesenvolvimento autista

O TEA integra os transtornos do neurodesenvolvimento e pode coexistir com outras condições que demandam suportes específicos. Sob a perspectiva médica e neurobiológica, estudos identificam diferenças no processo de poda sináptica, com padrões distintos de eliminação de sinapses durante o desenvolvimento infantil em comparação ao neurodesenvolvimento neurotípico. Reconhecendo essas particularidades do funcionamento cerebral autista, a estimulação precoce e os suportes terapêuticos tornam-se fundamentais para

potencializar habilidades comunicacionais e sociais por meio de práticas estruturadas, incluindo o trabalho com execução de comandos simples, compartilhamento e manejo da espera, que contribuem para o desenvolvimento de autonomia e participação social (FARIA; MASSALAI, 2024).

A neuroplasticidade compreende a capacidade do sistema nervoso de modificar sua estrutura e funcionamento em resposta à experiência, sendo fundamental para processos de aprendizagem, memória e adaptação a diferentes ambientes. Esse processo resulta do equilíbrio entre fatores genéticos, moleculares e celulares que influenciam as conexões sinápticas e a formação de redes neuronais, permitindo o desenvolvimento, a consolidação ou a modificação de comportamentos e habilidades ao longo da vida (CHEN et al., 2024).

A plasticidade neural fundamenta estratégias de suporte que podem potencializar habilidades comunicacionais e sociais de indivíduos autistas, promovendo participação ativa em diferentes contextos. A primeira infância, período de maior plasticidade cerebral, representa momento oportuno para implementação de suportes especializados que reconheçam e valorizem as formas particulares de comunicação e interação autistas. Ambientes acessíveis e preparados, aliados a diagnóstico precoce e intervenções respeitosas, favorecem o desenvolvimento de autonomia e a expressão das potencialidades individuais nos diversos âmbitos da vida (FIÚSA; AZEVEDO, 2023).

4. Barreiras comunicacionais e atitudinais no espectro autista

Autistas não verbais enfrentam múltiplas barreiras que limitam sua comunicação, participação social e desenvolvimento educacional. No âmbito comunicacional, a ausência de recursos e estratégias de comunicação alternativa compromete a expressão de necessidades, desejos e a interação com pares e educadores. Somam-se a isso barreiras de acesso a serviços especializados, como, a insuficiência de terapias recomendadas por equipes multiprofissionais. Esse conjunto de obstáculos restringe significativamente as oportunidades de inclusão efetiva, especialmente na transição para a vida adulta (CAFÉ, 2021).

Dentre as barreiras para a inclusão do autista também se encontra a dificuldade de lidar com vários estímulos diferentes ao mesmo tempo por sobrecarga sensorial, relacionados a ambientes não adaptados às particularidades do processamento sensorial autista, além da falta adequada de previsibilidade e rotina, mediante algumas situações do cotidiano, seja no espaço escolar ou em outros ambientes com mais estímulos (PEREIRA et al., 2024).

Ainda sobre os prejuízos vivenciados pelos autistas:

(...) os alunos com Transtorno do Espectro Autista costumam enfrentar grandes desafios por conta de terem a interação e comunicação comprometidos, pois muitos deles têm problemas para interpretar e expressar emoções, o que pode impactar negativamente sua participação em atividades em grupo e na cooperação com os colegas. Como resultado, pode ocorrer isolamento social e dificuldades na criação de relacionamentos, que são fundamentais para um ambiente de aprendizagem equilibrado (DA CONCEIÇÃO PEREIRA, 2025, p. 18).

As particularidades comunicacionais no autismo manifestam-se de formas diversas, não se limitando à ausência de fala. Podem incluir padrões comunicativos como ecolalia (repetição de palavras ou frases que frequentemente possui função comunicativa ou regulatória), diferenças na reciprocidade conversacional, prosódia distinta, uso reduzido de contato visual e processamento literal da linguagem, com dificuldades na compreensão de ironias, metáforas e duplos sentidos (CAMPOS; FERNANDES, 2015; PÚBLIO et al., 2021). É fundamental compreender essas características como diferenças no estilo comunicativo, não como déficits a serem eliminados, reconhecendo que autistas comunicam-se de maneiras válidas que demandam compreensão e adaptação mútua (CAMPOS; FERNANDES, 2015).

Apesar dos avanços legislativos, persiste significativa lacuna entre o discurso inclusivo e as práticas efetivas. No contexto educacional, a falta de recursos de comunicação alternativa, profissionais capacitados e infraestrutura adequada limita a participação de autistas não verbais. Essa exclusão escolar reflete-se posteriormente na vida adulta, com barreiras no acesso ao mercado de trabalho, incluindo número insuficiente de vagas reservadas e práticas de subemprego, nas quais pessoas com deficiência são direcionadas a funções incompatíveis com sua formação e potencial (CAFÉ, 2021; MELLO; CABISTANI, 2019). Tais obstáculos evidenciam a necessidade de políticas públicas que transcendam o âmbito legal e garantam condições concretas de participação social e profissional.

Entre as barreiras atitudinais destacam-se a exclusão social, o bullying, capacitismo que ignora o potencial e conhecimento de pessoas com deficiência e promove dificuldades no estabelecimento de vínculos sociais (MELLO; CABISTANI, 2019; RODRIGUES; BERNARDINO; MOREIRA, 2022), além de aspectos culturais que influenciam em comportamentos de preconceito, o que limita a oportunidade de uma inclusão ativa.

Para eliminar barreiras sociais é fundamental que haja uma educação de qualidade e informações válidas sobre o assunto, para que a sociedade reflita sobre os impactos das atitudes de outros na vida dos autistas, que só buscam oportunidades, cumprimento dos seus direitos e adaptações para melhor qualidade de vida (RODRIGUES; BERNARDINO; MOREIRA, 2022). Desse modo, é primordial que a sociedade esteja aberta ao novo e busque conhecimento sobre a causa autista e os impactos da falta de inclusão social e do preconceito na vida deste público (RIBEIRO et al., 2024).

5. Políticas públicas para inclusão da pessoa autista

A legislação brasileira assegura direitos educacionais às pessoas com deficiência, incluindo autistas. A Lei nº 12.764/2012 (Lei Berenice Piana) reconhece autistas como pessoas com deficiência para todos os efeitos legais, garantindo direito a acompanhante especializado quando comprovada a necessidade (BRASIL, 2012). A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) estabelece o direito à educação inclusiva em todos os níveis (BRASIL, 2015). O Parecer CNE/CP nº 50/2024 oficializa o Plano Educacional Individualizado (PEI) como instrumento pedagógico que deve conter plano de acessibilização curricular e medidas individualizadas de acesso ao currículo, incluindo recursos de comunicação alternativa para estudantes autistas não verbais (BRASIL, 2024).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é ofertado em escolas da rede pública municipal e estadual, organizando-se por meio do Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), documento que define objetivos, recursos pedagógicos e de acessibilidade, bem como estratégias individualizadas para estudantes público-alvo da educação especial. O Decreto nº 12.686/2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, reforça a necessidade de formação continuada dos profissionais da educação e enfatiza a participação ativa das famílias e da comunidade escolar no processo educacional, visando não apenas a socialização, mas o desenvolvimento integral e a autonomia dos estudantes com deficiência (BRASIL, 2025).

Além do acompanhamento pedagógico no âmbito escolar, a pessoa com o Transtorno do Espectro Autista tem direito ao atendimento especializado com a equipe multidisciplinar pelo Sistema Único de Saúde (SUS) (VAL, 2021), conforme as especialidades que consta em laudo médico mediante a elaboração do plano terapêutico, para que haja o desenvolvimento integral do indivíduo tanto na escola como em outras esferas do meio social. A efetivação dos direitos de autistas não verbais exige transformações concretas que transcendem o cumprimento formal da legislação. Faz-se necessário investimento público contínuo em recursos de comunicação alternativa e tecnologias assistivas, formação especializada de profissionais da educação e campanhas de conscientização que combatam o capacitismo e promovam a compreensão das especificidades comunicacionais autistas.

6. Estratégias e ferramentas comunicacionais voltadas ao trabalho com os autistas não verbais

A legislação brasileira estabelece direitos educacionais e sociais para pessoas com deficiência, incluindo autistas (BRASIL, 2012; BRASIL, 2015), com reforço recente por meio do Decreto nº 12.686/2025 (BRASIL, 2025). Entretanto, a implementação de recursos de comunicação alternativa para autistas não verbais enfrenta obstáculos significativos, incluindo barreiras atitudinais relacionadas ao capacitismo, insuficiência de formação profissional especializada e escassez de investimento em tecnologias assistivas. A baixa disponibilidade de sistemas de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) nas escolas públicas evidencia a distância entre os direitos assegurados legalmente e as condições concretas de participação comunicacional desse público.

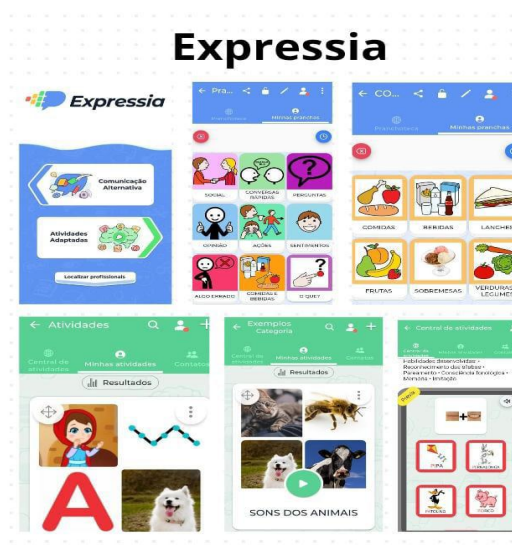
A Tecnologia Assistiva (TA) constitui recurso fundamental para viabilizar a comunicação de autistas não verbais. Entre os sistemas de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) destacam-se as pranchas de comunicação física, o sistema PECS (*Picture Exchange Communication System*), que utiliza a troca de figuras para expressão de necessidades e desejos, e aplicativos digitais especializados.

No contexto brasileiro, aplicativos como o Matraquinha oferecem pranchas de comunicação alternativa, histórias com personagem autista e atividades interativas (Figura 1). O Expressia disponibiliza versão gratuita com pranchas temáticas abrangendo saudações, alimentos, emoções e higiene pessoal, permitindo construção de frases por meio da seleção sequencial de imagens com reprodução sonora automática, além da ferramenta de atividades com vários jogos educativos (Figura 2). Ambos os aplicativos oferecem versões premium com recursos ampliados mediante assinatura.

Figura 1: imagens do *software* de comunicação alternativa Matraquinha



Fonte: Imagem adaptada aplicativo Matraquinha (2025)

Figura 2: imagens do *software* de comunicação alternativa Expressia.

Fonte: Imagem adaptada aplicativo Expressia (2025)

Os sistemas de CAA, além de viabilizarem comunicação funcional imediata, podem oferecer suporte multimodal que, em alguns casos, favorece o desenvolvimento de habilidades orais, sem que esse seja seu objetivo primário ou condição de validade. A reprodução sonora associada às imagens e o uso de recursos visuais que representam a articulação dos sons configura estratégias complementares que atendem diferentes perfis comunicacionais. É fundamental enfatizar que a comunicação alternativa constitui forma legítima e permanente de expressão, não devendo ser compreendida como etapa transitória rumo à oralização. A seleção de recursos e metodologias deve respeitar as características individuais, preferências comunicacionais e necessidades de cada estudante autista (FONTAN, 2025; MORESI, 2018).

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) constitui um recurso visual-gestual de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) viável para alguns autistas não verbais, particularmente aqueles com preferência por formas gestuais de interação, independentemente de variações cognitivas. Nesse sentido, a literatura aponta que a LIBRAS se configura como uma linguagem natural e acessível, que não requer adaptações para sua aprendizagem, sendo fundamental que seu estímulo ocorra desde cedo, visto que a linguagem desempenha papel central no desenvolvimento humano e na formação inicial do indivíduo, estando diretamente relacionada aos processos comunicativos (BRITO et al., 2023).

Além disso, recursos visuais complementares, como sequências fotográficas de atividades cotidianas, quadros de comunicação e rotinas visuais previsíveis, favorecem a expressão funcional de necessidades e desejos, promovendo autonomia e participação social. A escolha dessas ferramentas deve considerar as preferências individuais e os níveis de suporte necessários,

integrando metodologias adaptadas à faixa etária, a fim de ampliar as formas legítimas de interação (BEDAQUE, 2015).

Diante das informações apresentadas, percebe-se que recursos pedagógicos e tecnologias assistivas constituem base relevante, porém no que se refere à inclusão escolar também é essencial a capacitação profissional por meio de formações direcionadas ao corpo docente e demais profissionais da área da educação (DE MARCO et al., 2021), para orientar o uso desses recursos no espaço escolar e outras estratégias, como paródias e onomatopeias para estimulação da linguagem, além de atividades motoras envolvendo sopro, exemplos: bolhas de sabão, enchimento de balão, música com flauta e outros instrumentos de sopro, com enfoque no estímulo ao desenvolvimento de forma lúdica e dinâmica. Outro aspecto a frisar refere-se à aquisição de habilidades que antecedem a fala, como imitação, obediência a comandos simples, atenção compartilhada e contato visual sustentado por tempo maior (DE MARCO et al., 2021).

Embora habilidades comunicacionais sejam fundamentais para expressão funcional, em casos de diferenças neurológicas mais significativas nas estruturas associadas à linguagem verbal, mesmo com estimulação abrangente, a fala pode não se desenvolver (FARIA; MASSALAI, 2024). Ainda assim, recursos alternativos de comunicação não verbal permanecem viáveis, visando funcionalidade comunicacional para previsibilidade, expressão de necessidades básicas e prevenção de desregulação emocional decorrente de barreiras internacionais.

7. Considerações Finais

Conforme as informações apresentadas neste artigo, observa-se que a inclusão, especialmente em casos de comorbidades associadas e variações neurológicas significativas, desafia a implementação de comunicação funcional, embora o intuito seja o uso de tecnologias assistivas para tal. As questões norteadoras estavam interligadas aos objetivos do artigo em prol de identificar barreiras que afetam esse grupo, exemplo, as barreiras comunicacionais relacionadas a dificuldade ao acesso de tecnologias assistivas e estratégias de comunicação alternativa, o que compromete a expressão de necessidades básicas do cotidiano e interação social, falta de terapias conforme solicitado em laudo pela equipe médica, preconceito e capacitismo.

Além disso, foram obtidas informações sobre recursos e tecnologias assistivas que facilitam a inclusão em sala de aula, como softwares de comunicação alternativa com pranchas comunicacionais, PECS por troca de figuras ou pelo apontar, permitindo expressão de necessidades básicas e regulação emocional, pois falhas comunicacionais podem gerar estresse e crises em situações graves. Em suma, este estudo contribui para a sociedade ao trazer, via literatura, visibilidade a um tema essencial, promovendo acolhimento, respeito e acesso aos

direitos legais de pessoas autistas, conforme a legislação brasileira. Fica a reflexão sobre a necessidade de investimento público em materiais adequados, capacitação profissional para o âmbito escolar e ampliação da rede terapêutica, alcançando mais famílias e favorecendo o desenvolvimento integral por meio de estimulação precoce desde a infância, para aquisição de habilidades, incluindo linguagem funcional.

Referências

AGUIAR, A. K. A.; ROCHA, A. R. B. M.; RODRIGUES, K. A.; RODRIGUES, R. A. C. **Comorbidades psiquiátricas associadas ao transtorno do espectro autista em crianças atendidas em um centro especializado no município de Santarém, Pará, Brasil.** Revista Eletrônica Acervo Saúde, 25, e18673, 2025.

ASSOCIAÇÃO PSIQUIÁTRICA AMERICANA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais** (5. ed., texto revisado). Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento *et al.*, Porto Alegre: Artmed, 2014.

BEDAQUE, S. A. P. **Atendimento educacional especializado.** 1. ed. EDUFERSA: Mossoró, 2015. 68 p.

BARROS, S.; ROSA, F.; RIBEIRO, E. M. (org.). **Princípios e técnicas para elaboração de textos acadêmicos.** 1. ed. Salvador: UFBA, 2017. 120 p.

BONFIM, M. P. **Manual para pesquisas qualitativas.** 1. ed. APPRIS: Florianópolis, 2021.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025.** Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Diário Oficial da União: edição 201, seção 1, Brasília, p. 1-6, 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso: 22 de novembro de 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso: 22 de novembro de 2026.

BRITO, Maria Durciane Oliveira et al. A contribuição das brincadeiras como recurso pedagógico no Ensino de Libras para crianças. **Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v. 7, p. 233-242, 2023.

CAMPO, L. K.; FERNANDES, F. D. M. **Perfil escolar e as habilidades cognitivas e de linguagem de crianças e adolescentes do espectro autista.** CoDAS, n. 28, v. 3, p. 234-243, 2016.

CAFÉ, A. S. M. **Barreiras atitudinais na educação especial:** um estudo sobre as compreensões de professoras de salas de recursos multifuncionais de escolas do município de

Ilhéus-BA. Blumenau, 2021, 21 f. Orientadora: Profa. Dra. Andrea Soares Wu. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Educação). Universidade Regional de Blumenau. Blumenau, 2021.

DA CONCEIÇÃO PEREIRA, L. **Educação Inclusiva no Ensino de Ciências e Biologia:** estratégias pedagógicas adaptadas para alunos com transtorno do espectro autista TEA. Pinheiro, 2025, 46 f. Orientadora. Profa. Dra. Raysa Valéria Carvalho Saraiva. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Ciências Naturais - Biologia), Universidade Federal do Maranhão, Pinheiro, 2025.

DE MARCO, R L. et al. **TEA e neuroplasticidade:** Identificação e intervenção precoce. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v.7, n.11, p.104534-104552, 2021.

ESDRAS VITOR. **Aplicativo Expressia.** Empresa brasileira EXPRESSIA B2S LTDA., sediada em Belo Horizonte, Minas Gerais. Apple App Store, 2023. Disponível em: Expressia | Comunicação Alternativa e Atividades Adaptadas. Acesso em: 22 de dezembro de 2025.

FARIA, M. V. J.; MASSALAI, R. **Como os fatores genéticos contribuem para o transtorno do espectro do autismo.** *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação — REASE*, v. 10 n. 11, p. 29-55, 2024.

FIÚSA, H. D. S.; AZEVEDO, C. T. O. Transtorno do Espectro Autista: benefícios da intervenção precoce para o desenvolvimento cognitivo e adaptativo da criança. **Revista Eletrônica Acervo Médico**, v. 25, n.5, 2023.

FONTAN, C. A. C. **Práticas educativas para crianças com autismo:** desafios e possibilidades na inclusão escolar. Ouro Preto, 2025, 22 f. Orientador: William Fortes Rodrigues. Monografia (Curso de Especialização em Práticas Pedagógicas). Universidade Federal de Ouro Preto, 2025.

MELLO, L. S.; CABISTANI, L. G. Capacitismo e lugar de fala: repensando barreiras atitudinais. **Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 23, p. 118–139, 2019.

MORESI, E. A. D. **Tecnologia assistiva e autismo.** Memorias de la Octava Conferencia Iberoamericana de Complejidad, informática y cibernética, 2018.

POSAR, A; VISCONTI, P. Sensory abnormalities in children with autism spectrum disorder. **Review articles.** *Pediatr (Rio J)*, 94 (4), 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jpmed.2017.08.008><https://doi.org/10.1016/j.jpmedp.2017.11.009>. Acesso: 02 de janeiro de 2026.

PÚBLIO, B. S. et al. Transtorno do Espectro Autista: barreiras para construção das relações interpessoais na infância. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 4, n. 5, p. 22283-22300, 2021.

RODRIGUES, M.; BERNARDINO, J. L. F.; MOREIRA, M. V. Barreiras atitudinais: A exclusão que limita a acessibilidade de pessoas com deficiência. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. 2, p. 1311-1326, 2022.

RIBEIRO, G. C. et al. Autismo e a acessibilidade na sociedade: o desafio da criação de espaços inclusivos. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação.** São Paulo, v. 10, n. 12, 2024.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, G. S.; ALVES, L. H. **A pesquisa bibliográfica:** princípios e fundamentos. Cadernos da Fucamp, v. 20, n. 43, p.64-83, 2021.

VAL, R. O direito à saúde para pacientes com o Transtorno do Espectro Autista. **Revista Jurídica da Universidade do Sul de Santa Catarina**, Ano XI,n.22, 2021.

WAGNER YAMUTO. **Aplicativo Matraquinha**. Versão (9.4.1). Local de publicação: Apple App Store: Para dispositivos iOS (iPhone e iPad), 2018. Disponível em: <https://www.matraquinha.com.br/>. Acesso em: 22 de dezembro de 2025.

WHITMAN, T. **O desenvolvimento do autismo:** social, cognitivo, sensório-motor e perspectivas biológicas. São Paulo: M. Books, 2015.